

Diretora Financeira da Eletrobras foge da Audiência Pública sobre a Privatização na Câmara dos Deputados.



Em Brasília para acompanhar amanhã, 18/05, a sessão de julgamento do TCU sobre o destino da privatização da Eletrobras, a Representação dos Trabalhadores e trabalhadoras do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), participou ontem, 16/05, da Audiência Pública sobre a privatização da Eletrobras, convocada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (CLP) discutiu o processo de privatização da Eletrobras. O debate foi solicitado pelo presidente do colegiado, deputado Pedro Uczai (PT/SC) e mediada pela deputada Erika Kokay (PT/DF).

Presentes os senhores Emanuel Mendes Torres, diretor do Sintergia/RJ e da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU); Tiago Vergana, da Intersul; Gustavo Teixeira, do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico/Illumina; Íkaro Chaves, do Coletivo Nacional dos Eletricitários(CNE) e a Dra. Elisa Oliveira Alves, da Advocacia Garcez.

Em mais uma demonstração de prepotência e irresponsabilidade com a *res publica*, a diretora financeira da Eletrobras, Elvira Presta, não compareceu. Do mesmo modo, o Ministério da Economia, o BNDES, o BTG Pactual e a FEBRABAN, fugiram do debate não mandando representantes. Perderam a oportunidade para esclarecer aos parlamentares, representantes eleitos do povo brasileiro, as “minúcias” desse nefasto projeto de defendem.

Esta tarefa coube ao Diretor de Programa do MME, Anderson Márcio de Oliveira, que tentando defender o indefensável, usou como argumentos à privatização a já desmascarada, desmentida e envergonhada alegação da falta de investimento. Alegou, ainda:

“é um processo maduro(a privatização), iniciado ainda nos anos 90. Se trata de uma diluição da parte da União na Eletrobras, mas que continua como acionista preferencial, com participação relevante e podendo participar de decisões importantes. Na verdade, é a

capitalização da empresa”.

Fez-nos rir! Já está provado que os argumentos do Governo são falaciosos, tendenciosos e até criminosos, visto que, claramente, beneficiam bilionários e relegam às trevas a população mais pobre, que ficará sem energia elétrica, voltando à idade da pedra, caso esse processo fraudulento prossiga.

Como alegou o deputado federal Glauber Braga (PSOL/RJ) em participação remota:

"Não temos mais paciência para esses argumentos. São mentirosos, nefastos. É uma suposta privatização cercada de fraudes desde a aprovação do projeto na Câmara”.

Há ainda as comprovadas articulações do ME e MME, às vésperas da aprovação da Lei, que a entupiram de jabutis, privilegiando políticos do chamado Centrão, com a contrução de gazodutos pelo interior do país, reservando para esse absurdo algo em torno de R\$ 100 bilhões!

Emanuel Mendes, deixou as perguntas de 1 a 6 e, em sua fala, resumiu:

"Nessa sanha de entregar o patrimônio público, não há nenhuma preocupação humanitária, em momento nenhum estão pensando em pais e mães de família que construíram esse patrimônio. Querem ceifar os empregos dos trabalhadores. Mas não iremos deixar isso acontecer”, ressalta Emanuel Mendes Torres, diretor do Sintergia.

Ikaro Chaves destacou que o processo de privatização da Eletrobras trata-se de uma fraude bilionária, citando, em sua fala, pontos absurdos que há muito temos denunciado, como: 1) subavaliação; 2); o impacto tarifário; e 3) continuidade operacional. A apresentação de Ikaro pode ser acessada [aqui](#).

A doutora Elisa Alves, apontou etapas da privatização que foram realizadas sem qualquer transparência ou possibilidade de auditoria. Em especial, a ausência de publicação dos estudos de impacto tarifário, a desconsideração das contratações obrigatórias de usinas termelétricas na tarifa a ser exercida, e a inexistência sobre o futuro da Eletrobras no sistema elétrico brasileiro.

Tiago Vergana, numa contundente defesa do povo brasileiro e dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Eletrobras, convocou para o ato de amanhã, 18/05, e deixou três perguntas (reproduzidas ao final, nºs 7 e 8.

Gustavo Teixeira, representando o Instituto Ilumina, também apresentou questões alarmantes, como o Fenômeno da Financeirização e suas consequências e a Financeirização nos serviços públicos, respondendo algumas perguntas recorrentes que contradizem o discurso privatista do governo:

1. **A Eletrobras tem capacidade de investir? SIM.** R\$ 4,5 bi de dividendos, R\$ 12 bi em Caixa, baixa alavancagem (1,6), R\$ 25 bi de lucros acumulados. Possui bons indicadores operacionais.
2. **A privatização vai reduzir as tarifas? NÃO.** Descotização (empresa vai se apropriar da renda hidráulica). Tarifa das cotas vs dos demais contratos de energia.
3. **Vai gerar mais empregos? NÃO.** Aumenta o custo de produção e reduz a renda disponível. Dividendos vs renda agregada.
4. **Vai contribuir para uma matriz mais limpa? NÃO.** Foram incorporadas térmicas (gasodutos) e não há garantia de novos investimentos. A Eletrobras continuará sendo limpa se for privatizada? Os ativos para a transição energética serão utilizados em prol da coletividade?
5. **Garante a segurança energética? NÃO.** Concentração de mercado é temor até de defensores de privatizações. A concentração privada facilita que a especule no mercado de energia.
6. **Quem ganha com a privatização da Eletrobras? Os investidores institucionais.**

Aos gazeteiros, serão encaminhadas, através de Requerimento de Informação da CLP ao MME, à Eletrobras e aos demais, as perguntas das quais fugiram de responder durante a audiência, dentre elas:

Pergunta 1:

Diretora Elvira, a senhora responde pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, que devem ser tratados de forma isonômica. A senhora assina os comunicados ao mercado e fatos relevantes da Eletrobras. **A senhora assinou o comunicado ao mercado de 28 de Outubro de 2019 que diz que o Banco Genial gerencia 5,54% das ações preferenciais da Eletrobras.**

Qual a sua opinião sobre o quadruplo papel do Genial neste processo: 1) contratado sem licitação pelo BNDES para fazer valuations da Eletrobras 2) gestor de 5,54% das ações preferenciais da Eletrobras com acesso a insider information, mesmo que tenha que assinar um documento protocolar de sigilo 3) corretora de valores mobiliários negociando papéis da Eletrobras durante a tramitação do processo, mais uma vez, com acesso a insider information e 4) comercializadora de energia elétrica com acesso aos contratos de comercialização da Eletrobras com seus clientes. Não poderíamos dizer que não declarar o Genial conflitado pode significar que a Diretoria Financeira da Eletrobras está chegando no limite da irresponsabilidade, frase que marcou a privatização dos anos 90?

Pergunta 2:

Diretora Elvira, mais uma pergunta sobre a isonomia no tratamento com os investidores. **Por que a senhora optou em não realizar um pregão eletrônico para contratação do "sindicato" dos bancos?** Seria mais transparente fazer um processo público, aberto, transparente e exigir um atestado de capacidade técnica robusto, como é padrão nos pregões eletrônicos da Eletrobras. A senhora sabia que a FEBRABAN tem 119 associados? **Escolher BTG, XP, Itaú, Goldman Sachs e Bank of America de forma direcionada e por inexigibilidade não seria uma espécie de cartelização?** A senhora sabia que Itaú, BTG e XP têm comercializadoras de energia que integralizam os resultados dos bancos e, portanto, são concorrentes da Eletrobras? Acha normal a

Eletrobras ser vendida pelos seus concorrentes?

Pergunta 3:

Diretora Elvira, é verdade que fundos de investimento de porte global, fundos de previdência norte americanos e canadenses, fundos soberanos de Cingapura, Emirados Árabes, FMI, Banco Popular da China, fundos japoneses e dezenas de fundos estrangeiros com bilhões e até trilhões de dólares em carteira (como o Black Rock que sozinho tem uma carteira maior que três vezes o PIB do Brasil) têm ações da Eletrobras, como podemos ver nas atas das AGOs? A lei não coloca nenhuma trava para a desnacionalização do capital social da Eletrobras, o que ocorreria caso cinco fundos estrangeiros chegassem a 10% do capital social e outro a 0,1% do capital social. **É favorável a desnacionalização do capital social da Eletrobras?**

Pergunta 4:

Diretora Elvira, temos em mãos um aviso aos acionistas de 26 de Março de 2018, assinado pelo então diretor financeiro Armando Casado, dizendo que a senhora foi indicada pelo fundo 3G RADAR para uma disputa a uma posição no Conselho de Administração da Eletrobras. Adicionalmente, em um evento da Diretoria da Eletrobras para todos os empregados, segundo relatos, o então presidente Wilson Ferreira Junio a elogiou e contou que o seu currículo chegou às mãos dele pela ex-presidente do Conselho, Elena Landau. Desde que a senhora entrou no CA, junto com o professor Falconi, que tem relação histórica com os donos da Ambev e da 3G Radar (comprovado nos livros de ambos), a 3G saiu de 5 para 15% das ações preferenciais e hoje orbita em torno de 10% (há inúmeros comunicados ao mercado da 3G Radar). **A senhora considera que há algum conflito de interesses na sua relação com a 3G Radar, ou esta movimentação expressiva da 3G não guarda nenhuma relação com suas posições no CA e na Diretoria Financeira?**

Pergunta 5:

Diretora Elvira, por que vocês convocaram AGE antes mesmo da manifestação do TCU na primeira fase? É verdade que a Remuneração Variável dos Diretores da Eletrobras passou de 8 para 12 honorários neste ano em virtude de um indicador para apressar o processo chamado de Indicador de Demandas da Capitalização? Ou seja, os diretores ganham mais dinheiro se pressionarem os ministros do TCU a avaliarem a Eletrobras "a toque-de-caixa"? **É verdade que a Remuneração Variável é aprovada pela SEST subordinada diretamente ao ministro Paulo Guedes? Podemos dizer então que Paulo Guedes premia os diretores da Eletrobras para pressionar o TCU numa espécie de "bolsa privatização"?**

Pergunta 6:

A modelagem proposta pelo BNDEs prevê que o pagamento pela subscrição de novas ações da Eletronuclear não seja feito pela Eletrobras em dinheiro, mas através de um encontro de contas. Parte será pago com integralização de AFAC e parte com dividendos, que supostamente são "devidos", mas que até hoje não haviam sido registrados ou declarados nem pela Eletrobras nem Eletronuclear. Esses dividendos são de um montante relevante, de R\$ 2.703.020.820,70. Qual o

motivo para esses dividendos não estarem registrados? **A Eletrobras e a Eletronuclear divulgaram Demonstrações Financeiras com erros nos últimos 11 anos?** Quem está errado, a modelagem ou a contabilização da Eletrobras? A senhora assinou balanços errados durante todos esses anos de sua gestão?

Pergunta 7:

A Eletrobras realizou contratação com dispensa de licitação, no caso do “sindicato dos bancos”. Também realizou outra contratação sem licitação do BMA, escritório que fez a avaliação que resultou em uma provisão bilionária dos Empréstimos Compulsórios. Contratou também com dispensa de licitação a Laplace, para assessorar no processo de capitalização. No único caso em que fez licitação, para a realização de estudos sobre o processo de transferência da Eletronuclear e de Itaipu, após a divulgação do resultado, a empresa voltou atrás e não quis contratar a empresa. Vale lembrar que a contratação de um estudo independente é uma exigência da CVM e uma exigência constante em norma da própria Eletrobras para transações com partes relacionadas. A Diretoria da Eletrobras justificou a desistência dessa contratação porque atrapalharia o cronograma. Esse mesmo cronograma que já foi adiado várias vezes. **Qual foi o real motivo da desistência dessa contratação? O cronograma justifica o descumprimento das normas e regras da CVM? A Diretoria da Eletrobras só contratou os amigos para tocar a privatização?**

Pergunta 8:

Em relação à transferência da participação de Itaipu, que passará da Eletrobras para a ENBpar, a estatal recém criada. O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Euclides Acevedo, disse em abril desse ano que **as negociações sobre Itaipu estão paradas porque as propostas apresentadas pelo Brasil são inadmissíveis e vão contra os interesses nacionais do Paraguai.** E completou dizendo que “querem que o acordo da Ande com a Eletrobras seja revisto e que isso é absolutamente inadmissível”. No Anexo A, do tratado de Itaipu, O artigo 6º do estatuto social define que o capital da Itaipu pertence à Eletrobras e a ANDE em partes iguais e INTRANSFERÍVEIS. Dessa forma, medidas de alteração do tratado não podem ocorrer de forma unilateral e sem anuência e alteração do tratado internacional, que estabelece claramente que o capital de Itaipu pertence a Eletrobras e ANDE e que o mesmo é intransferível, ou seja, que a transferência de participação acionária proposta fere o tratado internacional. É legítimo que a operação de transferência ocorra sem a anuência do governo Paraguai? Em particular uma operação que envolve parâmetros e uma metodologia para a valoração do Ativo de Itaipu? Quais as consequências dessa transferência sobre as relações entre Brasil e Paraguai e sobre as negociações do novo acordo de Itaipu? **Quais as consequências dessa operação de transferência ocorrer sem a anuência prévia do governo paraguaio sobre os parâmetros e a metodologia proposta para a valoração do Ativo de Itaipu?**

Finalizamos com a fala final da Dra. Elisa Oliveira Alves, referindo-se a declaração do representante

do MME, Anderson Márcio, sobre a “maturidade” do processo de privatização:

"O debate sobre a forma como se pretende levar o processo de privatização, não há ineditismo ou maturidade, mas já aparenta estar apodrecido, pois ele vai num contrassenso dos compromissos ambientais que o Brasil tem firmado internacionalmente; num contrassenso de uma ideia de modicidade tarifária, que deveria ser uma preocupação desse governo; vai num contrassenso de reestatização dos serviços públicos que é uma tendência mundial; Essa forma está apodrecida, caduca, não corresponde à realidade do cenário brasileiro, não só hoje, mas, certamente, virá e se concretizará num futuro não muito distante."

Lembramos que amanhã, dia 18/05, realizaremos um grande ato na porta do TCU em Brasília para acompanhar de perto o julgamento que, acreditamos, enterrará de vez as pretensões do governo Bolsonaro de privatizar a nossa Eletrobras!

Vamos juntos!

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

A Diretoria, em 17 de maio de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

